

Processo Nº: 0586009-87.2008.8.09.0134

1. Dados Processo

Juízo.....: Quirinópolis - 1ª Vara Cível

Prioridade.....: Metas CNJ

Tipo Ação.....: PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de
Conhecimento -> Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão -> Cumprimento de
sentença

Segredo de Justiça.....: NÃO

Fase Processual.....: Execução

Data recebimento.....: 11/12/2008 00:00:00

Valor da Causa.....: R\$ 20.000,00

2. Partes Processos:

Polo Ativo

COMERCIAL DE TECIDOS TELAVIVE LTDA ME

Polo Passivo

JABENY SALUSTINO BEZERRA

PRISCILLA GABRIELA BEZERRA

Número do Ministério Público **202200155205**

Número Judicial **0586009-87.2008.8.09.0134**

Meritíssimo(a) Juiz(a),

Trata-se de processo de falência da empresa COMERCIAL DE TECIDO TELAVIVE LTDA.

Em síntese, após o descumprimento das condições listadas no plano de recuperação, determinou-se a convolação da recuperação judicial em falência, conforme decisão encartada no evento 06.

Em seguida, conforme decisão de mov. 166, determinou-se ao administrador judicial o cumprimento de inúmeras diligências necessárias para o prosseguimento do feito, as quais não foram atendidas até a presente data^[1].

Diante disso, numa derradeira tentativa antes de se cogitar a destituição do encargo, o Ministério Público manifesta-se pela intimação pessoal do administrador judicial Hamilton Martins Ribeiro para que promova o cumprimento das diligências ordenadas na decisão acostada ao evento 166.

Datado e assinado digitalmente.

Ângela Acosta Giovanini de Moura

PROMOTORA DE JUSTIÇA

^[1] (i) Comprovação do envio de correspondência aos credores constantes na relação de credores, comunicando a data da decretação da falência, a natureza, o valor e a classificação dada ao crédito; (ii) Comprovação do aviso, pelo órgão oficial, o lugar e hora em que, diariamente, os credores terão à sua disposição os livros e documentos do falido; (iii) Apresentação relação dos processos (administrativos ou judiciais) em que a massa falida figure como parte (ativa, passiva ou terceiro interessado); (iv) Demonstração de que assumiu a representação judicial da massa falida nos referidos processos; (v) Informação sobre o eventual recebimento de correspondências dirigidas ao devedor; (vi) Apresentação do relatório sobre as causas e circunstâncias que conduziram à situação de falência, no qual apontará a responsabilidade civil e penal dos envolvidos, observado o disposto no art. 186 da Lei nº 11.101/2005; (vii) Juntada do auto de arrecadação dos bens e documentos do devedor, nos termos dos artigos 108 e 110 da Lei nº 11.101/2005; (viii) Elaboração de relatório sobre os atos conservatórios de direitos e ações, assim como de diligências efetuadas para a cobrança de dívidas da massa falida; (ix) Apresentação de conta demonstrativa da administração, que especifique com clareza a receita e a despesa, providência esta que também deverá se dar forma mensal, mediante juntada aos autos, até o 10º (décimo) dia do mês seguinte ao vencido.